

Pais pedem fim do decreto que libera mensalidade escolar

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

A recém-criada Federação Nacional das Associações de Pais de Alunos (Fenapa) entregou ontem ao ministro da Educação, Hugo Napoleão, documento pedindo a revogação do decreto que liberou as mensalidades e propondo uma nova fórmula de reajuste. A federação nasceu durante o I Encontro Nacional de Associações de Pais de Alunos, terminado ontem em Brasília. No documento, os pais propõem que as mensalidades voltem aos valores de dezembro do ano passado corrigidos pela variação da UPR a partir de então.

Ao receber as reivindicações da Fenapa, o ministro Hugo Napoleão afirmou inicialmente não ter muito poder para encaminhá-las. "O decreto é de competência da Fazenda", disse o ministro. Napoleão ressaltou, porém, que a liberação dos preços é de interesse do MEC, que se reunirá na próxima semana com a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino e com as Escolas Particulares. De acordo com Napoleão, o decreto "foi um voto de confiança. Nós não podíamos imaginar, porém, que essa confiança se transformasse em abuso". Napoleão acha, entretanto, que "há males que vêm para bem", uma vez que a liberdade vigiada trouxe de positivo o fato de que finalmente os consumidores do ensino pago se organizaram para defender os seus direitos.

A PROPOSTA

De acordo com a proposta apresentada pela Fenapa, a indexação pela URP se faria automaticamente, mês a mês. Na data do dissídio dos professores no Estado, as escolas poderiam repassar o aumento dentro da proporcionalidade, po-

rém, que a folha de pagamento incidia sobre o total da planilha de custos da escola (se a escola tem, por exemplo, 30% de seus custos com salário de professor e concedeu um aumento de 80%, terá que incidir 80% sobre 30% do total da mensalidade). Essa incidência, entretanto, teria um limite: não poderia ultrapassar 50% do custo total da escola.

Além da nova fórmula, a Fenapa propôs ainda ao MEC a criação do que chama de escolas de co-gestão. Seriam escolas gratuitas custeadas tanto pelo governo como pela comunidade. De acordo com o presidente da Fenapa, Luiz Cassemiro, o governo entraria com o terreno e com os professores na escola de co-gestão. A comunidade custearia a edificação — através de um financiamento junto ao Fundo de Assistência ao Desenvolvimento Social (FAS) — e a manutenção da escola.

PATERNIDADE

"A liberdade vigiada não nasceu da cabeça dos técnicos da área econômica do governo. Ela é da paternidade das escolas particulares do Estado de São Paulo." A afirmação é da presidente da Associação dos Pais de Alunos de São Paulo, Hebe Tolosa, que reuniu documentos e artigos de jornais patrocinados pelos mantenedores de escolas particulares, para comprovar o relacionamento do Sindicato de Estabelecimentos de Ensino de São Paulo com setores do governo.

Tolosa baseia sua argumentação no fato de que a liberdade vigiada foi experimentada inicialmente em São Paulo, em maio do ano passado. Ela diz que Luís Roberto Castro, presidente de associação de escolas particulares, é responsável pela liberdade vigiada paulista e pela fórmula de reajuste adotada pelo Ministério da Fazenda.